

Karl Heinz Arenz

ANTICABOCLISMO

RESUMO:

O presente verbete trata dos discursos e posturas de teor discriminatório ou estereotipado em relação às populações que tradicionalmente habitam as regiões de várzea na bacia amazônica. Conhecidos como caboclos ou ribeirinhos, estes grupos de matriz cultural indígena resultam das tentativas históricas de integrar os índios ao projeto colonial e nacional. As primeiras etnografias os associaram a uma vida de subsistência e endogamia em comunidades rurais isoladas. Movimentos reivindicativos e produções acadêmicas recentes tendem a afirmar sua condição étnica específica enquanto povos indígenas, questionando o enquadramento em uma macrocategoria etnocultural “mestiça”. Ao mesmo tempo, percebe-se a revalorização do folclore caboclo como referencial importante para a identidade regional.

Palavras-chave: ribeirinhos, indígenas, Amazônia

ANTICABOCLISM

ABSTRACT:

This entry deals with speeches and discriminatory attitudes related to populations who traditionally inhabit the lowland regions in the Amazon basin. Known as mestizos or riparian, these groups of indigenous cultural matrix result of historical attempts to integrate the Indians to the colonial and national project. The first ethnographies associated them to a life of subsistence and inbreeding in isolated rural communities. Protest movements and recent academic productions tend to assert their specific ethnic status as indigenous people, questioning the framework in a “mixed” ethnocultural macro category. At the same time, we see the revaluation of mestizo folklore as an important reference for the regional identity.

Keywords: riparian, indigenous, Amazon

ANTICABOCLISMO

RESUMEN:

Esta entrada se ocupa de los discursos y posiciones de contenido discriminatorio o estenotipado en relación con las poblaciones que tradicionalmente habitan en las zonas bajas de la cuenca del Amazonas. Conocido como “caboclos” o ribereños, estos grupos de matriz cultural indígena resultan de los intentos históricos para integrar los indios al proyecto colonial y nacional. Las primeras etnografías les asociaron a una vida de subsistencia y endogamia en comunidades rurales aisladas. Los movimientos de protesta y producciones académicas recientes tienden a afirmar su condición étnica específica como indígenas, cuestionando el marco en una macro categoría etno-cultural “mestiza”. Al mismo tiempo, vemos la revalorización del folklore “caboclo” como una referencia importante para la identidad regional.

Palabras clave: ribereños, indígenas, Amazonia.

ANTICABOCLISME

RÉSUMÉ:

Cet article s'agit des discours et des attitudes discriminatoires par rapport à communautés côtières qui habitent traditionnellement les vallées du fleuve Amazone. “*caboclos ou ribeirinhos*”, ces groupes d'origine culturelle indigène résultent des tentatives historiques de intégrer les indiens au projet colonial e national. Les premières ethnographies ont associé les indiens à une vie de subsistance et endogamie dans les communautés rurales isolées. Mouvements revendicatives et productions académiques récentes ont tendance à affirmer la condition ethnique spécifique des peuples indigènes, en controversant la délimitation dans une macro-catégorie ethnoculturel “métisse”. En même temps, on peut apercevoir la réévaluation du folklore cabocle comme référentiel important pour l'identité regional.

Mots-clés: ribeirinhos, indigènes, Amazone.

ESTE NEOLOGISMO pouco usual refere-se aos discursos e posturas de teor discriminatório, estereotipado ou meramente polêmico, recorrentes desde o século XIX, em relação às populações ribeirinhas que tradicionalmente habitam as várzeas do rio Amazonas e de seus afluentes. No decorrer das últimas décadas, um grande número de integrantes destas comunidades camponesas instalou-se, em consequência da rápida urbanização e de seus impactos no mundo rural, nas áreas periféricas das cidades da região. Quanto à origem étnica e matriz cultural predominantes destas populações, trata-se, de modo geral, de descendentes de índios e mestiços submetidos, ao longo da história, a diversas tentativas de incorporação ao projeto colonial (séc. XVII e XVIII) e nacional (séc. XIX e XX) promovidas pelas elites regionais.

Embora constituam, numericamente, uma população considerável – nas estatísticas demográficas oficiais, subsumida na categoria “pardos” –, os ribeirinhos foram, durante muito tempo, percebidos pela sociedade circundante como indivíduos “incompletos”, tanto em termos étnicos, pois tidos como índios não genuínos, quanto políticos, porque vistos como pessoas deficitariamente “civilizadas” ou integradas. Na definição de seu status social, prevalecem até hoje fatores ecológico-culturais que os imaginam quase exclusivamente como moradores das beiradas e várzeas, vivendo em comunidades rurais isoladas e estagnadas em razão de uma dinâmica relacional endogâmica e um regime econômico de expressiva autarquia (NUGENT, 1993; HARRIS, 1996; 1998).

Considerados como habitantes típicos da Amazônia, os ribeirinhos são popularmente conhecidos como *caboclos*, embora o emprego desse etnônimo genérico suscite polêmicas, tanto entre as populações concernidas quanto entre os cientistas que as estudam. Assim, o antropólogo franco-brasileiro Florent Kohler (2009, p. 43-35) aponta que, enquanto o termo *caboclo* é corriqueiramente aplicado “na intimidade”, a expressão *ribeirinho* representa uma “designação cômoda”, ou seja, neutra, por ser isenta de qualquer conotação depreciativa. Já a antropóloga brasileira Deborah de Magalhães Lima (1999, p. 29) aponta que, de um lado, a denominação *caboclo* não

condiz mais com as formas como “eles’ mesmos se apresentam/representam”, mas que, de outro lado, denominações novas, como trabalhadores rurais, ribeirinhos ou pequenos agricultores, contêm “algumas incongruências”. De fato, a falta de marcadores de identidade claramente definidos e o uso de diversas alcunhas surgidas no decorrer da história – *caboclo*, *índio cristão* e *ribeirinho* (em uso desde o período colonial) ou *tapuio*, (recorrente no século XIX e no início do XX) – impõem certa cautela ao intentar atribuir uma denominação precisa aos integrantes das comunidades camponesas na Amazônia.

Quanto à etimologia do termo *caboclo*, amplamente difundido, não existe unanimidade. Samuel Isaac Benchimol (2009, p. 25) deriva-o, com referência ao geógrafo e historiador baiano Theodoro Fernandes Sampaio (1855-1937), do vocábulo tupi *caa-boc*, que significa “tirado ou proveniente do mato”, destacando, assim, o habitat natural como critério primordial para definir os ribeirinhos amazônicos. Não obstante, o autor apresenta o “caboclo” também como agente social, cultural e econômico multiforme, apontando uma grande diversidade de atividades tradicionais e modernas típicas, dentre elas, as de pequeno proprietário, agricultor(a), pescador, marinho, estivador, trabalhador em empresas mineradoras, empregada doméstica, garimpeiro, mas também curandeiro(a), rezador(a) ou benzedor(a) (BENCHIMOL, 2009, p. 33-38).

Historicamente, a alcunha *caboclo* está documentada desde meados do século XVIII. O jesuíta alemão P.º Johannes Joseph Breuer, missionário residente na aldeia de Ibiapaba, escreve, em 9 de dezembro de 1747, i. e., na fase final dos aldeamentos religiosos, que os índios “brasilianos” podem ser divididos em duas categorias: “em os Cabocullos ou Tabajaras, o que significa: Senhores da Aldeia, e em Tapuyas, o que significa Bárbaros”. Na mesma missiva, o religioso fornece um indício de que os dois grupos já se conceberam como diferentes, pois “se misturam raramente, exceto na minha missão” (*apud* STÖCKLEIN *et alii*, 1761, p. 30-31). A introdução das reformas políticas e socioeconômicas do Marquês de Pombal constitui outro contexto em que o

termo é citado; mas, desta vez, no sentido de “mestiços”. Assim, o alvará régio de 4 de abril de 1755, que decretou a igualdade de todos os indígenas amazônicos em relação aos vassallos reinóis, proíbe que os filhos de pais brancos e mães índias, como também os seus descendentes, fossem chamados “com o nome de caboucolos, ou outro semelhante” (*apud* VARNHAGEN, 1857 p. 243). A interdição categórica de termos depreciativos fez parte do esforço da Coroa de emancipar o grande contingente de trabalhadores indígenas amazônicos no intuito de transformá-los progressivamente em colonos (SOUZA JÚNIOR, 1993, p. 268-287).

De fato, a rotina cotidiana de catequese rudimentar e trabalho compulsório que havia sido instaurada nos aldeamentos sob administração dos missionários, não sofreu modificações significativas com a aplicação do Diretório dos Índios, promulgado em 3 de maio de 1757. No entanto, esta lei-quadro ordenou expressamente tirar dos índios aldeados a “lastimosa rusticidade, e ignorancia, [...], propondo-lhes não só os meios da civilidade, mas da conveniencia, e persuadindo-lhes os proprios dictames da racionalidade, de que vivião privados” (§ 1). Por isso, medidas com fins “civilizatórios” foram implantadas nas antigas missões, como a difusão da língua portuguesa, a introdução de escolas e oficinas, a adoção de nomes e costumes portugueses e, também, a promoção da miscigenação étnica. Nesta nova conjuntura socioeconômica, os agora chamados “índios cristãos”, além de trabalhadores braçais e remadores para os frequentes transportes de bens e tropas, tornaram-se intermediários imprescindíveis entre a diminuta elite colonial e a massa das populações indígenas confinadas, impregnando na ordem colonial dinâmicas não previstas (CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 83).

Diferente da alcunha *índios cristãos* que possuía uma conotação positiva, pois fazia implicitamente alusão à suposta capacidade de integração e docilidade dos indígenas convertidos, o termo *ribeirinho*, que também começou a circular, designou, naquela época, o índio “infenso à autoridade colonial, livre da tutela dos diretores” (COELHO, 2005, p. 279). Mauro Coelho (2005, p. 278-279) mostra, com base

em documentos oficiais das décadas 1760 e 1770, que a associação sequencial “*ribeirinhos, fujôens e bêbados*” foi empregada para descrever índios rebeldes ou resistentes às normas do Diretório e às ordens dos Diretores das vilas.

Após estas primeiras percepções setecentistas dos índios convertidos e “civilizados” enquanto grupo distinto, uma reflexão sistemática a seu respeito somente se produziu no século XIX. Esta se deu sob o impacto de uma série de profundas transformações políticas e socioeconômicas que atingiram a Amazônia, como a adesão à independência do Brasil (1823), a eclosão da Cabanagem (1835), a introdução da navegação a vapor (1852), a abertura do rio Amazonas a navios estrangeiros (1866) e o primeiro auge do *boom* da borracha (1879). Assim, em meio aos esforços de incorporar a região à jovem nação brasileira que se reivindicava “civilizada” e progressista, conforme os parâmetros positivistas em voga na segunda metade do século XIX, foi formulado um primeiro discurso “anticaboclo”. Seu expoente é o jornalista e escritor paraense José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), cujo ensaio *As populações indígenas e mestiças da Amazonia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes*, escrito em 1878 e publicado em 1887, tem como base a complexa escala de critérios e nuances “raciológicas” tida, na época, como cientificamente comprovada.

O autor denomina de *tapuia* “essa população que habita as margens do grande rio e dos seus numerosos afluentes, vivendo a nossa vida, contribuindo para a nossa receita, trabalhando nossas indústrias, e que não é o índio puro, o brazilio-guarani, nem o seu descendente em cruzamento com o branco, o mameluco” (VERÍSSIMO, 1887, p. 299). Imbuído pela lógica evolucionista de seu tempo, Veríssimo lamenta a condição socioétnica do *tapuio* enquanto índio “obrigado a partilhar a nossa vida”, justamente por ter perdido “o caracter acentuado de selvagem” (VERÍSSIMO, 1887, p. 299). Tanto a miscigenação racial quanto a exploração física e alienação cultural durante o regime colonial explicam, para o autor, a suposta indiferença do *tapuio* em relação ao seu entorno imediato. Tal fato permitiria atribuir-lhe um

status subalterno, não só em relação à elite regional, mas também à mão de obra nordestina que, naqueles anos, estava chegando em levadas sucessivas à Amazônia (VERÍSSIMO, 1887, p. 309-310).

O artigo de Veríssimo é um dos poucos documentos oitocentistas que evidencia o uso recorrente do termo *tapuio*. O próprio autor elucida que se trata da ressignificação de uma alcunha muito comum na época colonial para designar o “índio bravo” (VERÍSSIMO, 1887, p. 299). Esta modificação de sentido foi confirmada pela antropóloga Cristina Pompa (2003). Em todo caso, o aparente dilema dos ribeirinhos enquanto seres humanos incompletos e mal integrados, conforme insinuado por Veríssimo, marcou, até a segunda metade do século XX, a percepção em relação a eles. No início dos anos 1930, José Francisco de Araújo Lima (1884-1945) deu a este primeiro discurso evolucionista um tom pseudorracista mais acentuado ao comparar a figura do caboclo amazônico à do seringueiro nordestino. O educador e político paraense contrapôs o nativo da região, que ele apresenta como preguiçoso e estagnado em “uma vida inerte que herdara dos pais”, à suposta laboriosidade e adaptabilidade do trabalhador vindo do Nordeste (LIMA, 1945, p. 87). Também o renomado cientista social Gilberto Freyre (1963, p. 119-125) fez, em pesquisas realizadas na década de 1930, durante a era Vargas, uma alusão implícita à experiência sócio-histórica dos ribeirinhos, realçando a política de miscigenação e assimilação, promovidas desde o século XVIII, em contraste com a segregação praticada nas missões coloniais.

Não obstante, esta imagem do caboclo enquanto pessoa aparentemente isolada e desconfiada foi diferenciada e atenuada, entre o fim do século XIX e a metade do XX, por uma tendência naturalista que permeou as produções literárias de autores amazônicos, como Herculano Inglês de Souza, as representações pictóricas de pintores regionais, como Antonieta Santos Feio, Andreilino Cotta ou Waldemar da Costa, ou artigos jornalísticos, como os de Arnaldo Valle. Os caboclos foram, a exemplo dos índios em obras naturalistas, representados como figurantes idealizados e inseridos em seu ambiente natural ou em cenários

típicos do cotidiano rural.

Com base nestas primeiras reflexões e produções, obras lexicográficas de grande circulação começaram a veicular uma visão de cunho racial-naturalista referente aos ribeirinhos amazônicos. Assim, até hoje, as edições dos dicionários popularmente conhecidos como *Aurélio* e *Houaiss* definem o “caboclo” genericamente ou como “mestiço de branco com índio”, “antiga denominação do indígena”, “sertanejo”, “caipira”, “pessoa desconfiada ou traiçoeira” (FERREIRA, 1988, p. 112) ou “indivíduo nascido de índia e branco, de pele acobreada e cabelos negros e lisos”, “indivíduo com ascendência de índio e branco e com os modos desconfiados”, “roceiro, matuto” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 348). A profusão de lugares-comuns e estereótipos contidos nestas entradas lexicográficas contribuiu para propalar a ambivalência comumente associada ao termo *caboclo*.

Desde meados dos anos 1950, antropólogos e cientistas sociais, tanto brasileiros como estrangeiros (sobretudo, norte-americanos e britânicos), escolheram os caboclos como sujeitos de pesquisas mais específicas. Seus trabalhos romperam com a marginalização e “invisibilização” das populações ribeirinhas de matriz indígena nas produções acadêmicas. Desde então, basicamente quatro tendências interpretativas podem ser distinguidas. Estas destacam, com base em novos paradigmas que se impuseram nas ciências sociais – sobretudo, o funcionalismo cultural –, a agência social e a afirmação identitária dos ribeirinhos, embora persistissem ainda, sobretudo inicialmente, certos estereótipos do discurso evolucionista (ADAMS *et alii*, 2006, p. 18-21).

A primeira tendência foi marcada pela publicação do livro *Uma comunidade amazônica*, de Charles Wagley (1957), e das obras *Vida religiosa do caboclo da Amazônia* e *Santos e visagens*, de Eduardo Galvão (1953; 1955). Aplicando o método etnográfico, os dois antropólogos descreveram a quase totalidade dos aspectos da vida cotidiana (sociopolítico, econômico e religioso-simbólico) dos habitantes de uma vila típica às margens do rio Amazonas; no caso, a cidade de Gurupá, estrategicamente situada na região do Baixo Amazonas no Estado do Pará.

Mesmo que evitassem estereotipizações generalizadas, os trabalhos de Wagley e Galvão sobre os ribeirinhos pressupõem o determinismo ambiental (ou ecológico) e a a-historicidade.

Nas duas décadas seguintes, outros antropólogos e cientistas sociais deram seguimento a esta linha de pensamento, como os norte-americanos Emilio Moran (1974; 1981), Eric Ross (1978), Eugene Parker (1985), Christine Padoch (1988) e Richard Pace (1998), além dos paraenses Angélica Motta-Maués (1989) e Raymundo Heraldo Maués (1995). Estes autores estabeleceram, de modo geral, a “cultura cabocla” como modelo de adaptação de populações rurais tradicionais ao meio ambiente tropical da região amazônica. Moran e Parker merecem certo destaque, pois se mostraram mais preocupados com a condição histórica dos ribeirinhos. O primeiro apontou um processo histórico denominado “tupinização” pelo qual grupos indígenas não tupis teriam sido integrados, desde os tempos da colonização, à dinâmica macrocultural e macrolinguística predominante de caráter tupi. Já o segundo realçou em suas pesquisas um fenômeno, designado de “cabocização”, pelo qual muitas sociedades indígenas se teriam diluído em uma “cultura cabocla” genérica, sobretudo nas décadas que seguiram à Cabanagem (1835-1840). De forma geral, todos os pesquisadores acima listados tendem a afirmar uma consolidação de um modo de vida tipizado dos caboclos a partir do início do século XX, em decorrência de seu longo isolamento em comunidades geograficamente dispersas e socialmente reduzidas às estreitas relações de parentesco e compadrio.

Uma segunda fase de pesquisas, surgida nos anos 1980, revidou com mais vigor a suposta condição passiva e, por conseguinte, a-histórica dos ribeirinhos. Esses foram agora enquadrados em discursos de cunho político-ecológico que realçaram sua agência enquanto pequenos produtores rurais em diversos ambientes sociogeográficos da bacia amazônica. Nesta linha inscrevem-se os trabalhos de Stephen Bunker (1985), Marianne Schmink (1985), David McGrath (1989), Deborah de Magalhães Lima (1992), Lourdes Furtado (1993), Michael Chibnik

(1994), Fábio de Castro (1999) ou Célia Futemma (2000). Dentro desta vertente de caráter ambientalista, sobretudo as obras de William Balée (1995; 1998; 2006) e Hugh Raffles (2001) frisam uma perspectiva histórica das múltiplas interações humanas, tanto por parte de sociedades indígenas quanto caboclas, com a natureza na Amazônia.

Pouco depois, nos anos 1990, surgiu, influenciada pelo marxismo cultural inglês, uma terceira tendência de reflexão, cujos representantes principais são os britânicos Mark Harris (1996; 2000), David Cleary (1993) e Stephen Lewis Nugent (1993; 1997). Estes antropólogos romperam, literalmente, com o isolamento das populações ribeirinhas tal como foi estabelecido pelas pesquisas anteriores de cunho ambientalista e culturalista. Assim, ao invés de insistir em comunidades regidas, em termos sociais, pelo princípio do parentesco e, economicamente, pela dinâmica da subsistência, os autores abordam os ribeirinhos enquanto agentes inseridos em uma ampla rede de intensas e complexas relações com outros integrantes da sociedade circundante, como os comerciantes de regatão ou donos de castanhais e seringais. Suas análises enfocam temas como as diversas formas de comércio e troca, as constantes mobilidades e migrações na região ou – já com base nas perspectivas abertas pela Constituição Federal de 1988 – a reivindicação de determinados direitos sociais e os conflitos acerca da posse da terra ou do controle sobre rios, igarapés e lagos.

Com as contribuições dos pesquisadores britânicos superou-se uma percepção externa que não levava em conta as múltiplas dinâmicas e estratificações internas, próprias das populações ribeirinhas, nem suas reações frente a desafios da atualidade, como a implementação de grandes projetos agropecuários, hidrelétricos e mineradores, a abertura de rodovias e vicinais, o desmatamento e o êxodo rural. De fato, desde o último quartel do século XX, os impactos desses fenômenos complexificaram profundamente os modos e condições de vida de todas as populações camponesas tradicionais da região.

Este destaque dado ao protagonismo dos ribeirinhos no contexto da conjuntura sociopolítica e econômica recente estimulou também uma reflexão

sobre sua identidade que, durante muito tempo, foi pensada como sendo negativa e confusa. Por isso, Stephen Lewis Nugent (1997) e Mark Harris (1998), apontando a fluidez de uma identidade genérica “cabocla” e a ambivalência de termos associados a ela, como sincretismo ou hibridismo, consideram mais apropriado falar em “sociedades camponesas amazônicas” ou, simplesmente, em “ribeirinhos” ou “várzeiros”, em referência às beiras e várzeas, os lugares de origem destas populações e de formação de suas respectivas culturas. Ambos os antropólogos questionam, sobretudo, o forte antagonismo entre tradição e modernidade que, sob a alcunha *caboclos*, marcou a percepção e definição dos ribeirinhos como pessoas supostamente reticentes a mudanças.

Paralelo a estas três tendências, autores como Vicente Salles (1971), Barbara Weinstein (1985; 1993), Carlos de Araújo Moreira Neto (1988), Anna Roosevelt (1994), Antonio Porro (1996), Darcy Ribeiro (1997), Rui Sérgio Sereni Murrieta (2000), Patrícia Maria Melo Sampaio (2001; 2008), José Maia Bezerra Neto (2002), Décio de Alencar Guzmán (2002), Paula Montero (2006), Aldrin de Moura Figueiredo (2008), Francisco Jorge dos Santos (2008), Maria do Perpétuo Socorro Chaves, Susy Rodrigues Simonetti e Marly dos Santos Lima (2008) contribuíram para elucidar determinados aspectos sociais, culturais ou históricos que, ao menos parcialmente, referem-se também às populações ribeirinhas de matriz etnocultural indígena.

Desde o final dos anos 1990, está se afirmando uma quarta tendência, articulada principalmente por cientistas brasileiros, dentre os quais muitos originários da própria Amazônia. Tendo como suporte teórico os parâmetros da Nova História Indígena – sobretudo as obras de John Manuel Monteiro (1994), João Pacheco de Oliveira (1999) e Maria Regina Celestino de Almeida (2003) – e como estímulo as recentes ações afirmativas de populações nativas dentro do processo de redemocratização do país, desde 1988, as reflexões percebem os chamados *caboclos* como povos indígenas “resurgidos” ou “resistentes”. Apesar de não existir um viés único de interpretação, há um acordo de que as múltiplas tentativas de integração, assimilação e,

sobretudo, diluição étnica (mediante a “caboclicização”) dos ribeirinhos no passado, não conseguiram interromper a continuidade dos mesmos enquanto grupos distintos com identidades e práticas culturais que os situariam dentro do universo indígena. Em razão disso, as diferentes formas de resistência e de “descaboclicização” ocupam um lugar central nas pesquisas dos respectivos autores.

O sociólogo e antropólogo paraense Florêncio de Almeida Vaz Filho (1996) analisou comunidades rurais ao longo dos rios Tapajós e Arapiuns na região do Baixo Amazonas. O autor afirma que muitos ribeirinhos rejeitam o termo *caboclo* como autodesignação, mas aceitam conscientemente a “indianidade” que lhe é inerente. Por isso, Vaz Filho considera como mais apropriada a expressão *ribeirinhos ameríndios* e aponta para a crescente tendência de muitos se assumirem como descendentes de populações indígenas, muitas vezes tidas como extintas há séculos. Os movimentos de autoafirmação no Baixo Amazonas surgiram tanto a partir de uma intensa ressignificação das práticas tradicionais quanto em vista das reivindicações concernentes à posse definitiva das terras, ameaçadas pelo avanço de projetos mineradores e madeireiros, e ao tratamento diferenciado, garantido pela Constituição Federal. Por isso, eles rechaçam, segundo Vaz Filho, o qualificativo *caboclo*, considerado como discriminatório, anacrônico e demasiadamente genérico.

Já Florent Kohler (2009, p. 55-63) interpreta a junção recente de reafirmação étnica e reivindicação territorial como resultado, ao menos parcialmente, de uma crescente organização e escolarização das comunidades tradicionais. Segundo ele, a aquisição mais ampla e crítica de conhecimentos históricos, nas últimas décadas, possibilitou que os até então chamados *caboclos* se identificassem como povos indígenas. As práticas culturais das populações ribeirinhas – aparentemente homogêneas em consequência de uma similitude das experiências históricas de opressão e discriminação – foi, conforme o antropólogo, submetida a uma reconfiguração radical que, por fim, resultou na construção coletiva de um “mito pan-índio das origens”.

No entanto, esta tendência afirmativa enquanto

indígenas não é unânime. Há comunidades ribeirinhas que reivindicam para si a categoria de “populações tradicionais”, invocando para isso seus laços históricos com o habitat originário e seu direito a determinadas prerrogativas legais. Não raras vezes, sua argumentação opõe-se a discursos militantes que insistem na assunção de uma identidade expressamente indígena (BARRETTO FILHO, 2006).

Dentro da reflexão acerca da origem dos ribeirinhos, também historiadores apresentaram, nos últimos anos, uma revisão da interpretação do papel dos indígenas frente ao regime colonial. Assim, Karl Arenz (2000; 2014) destacou o confinamento obrigatório dos índios nos séculos XVII e XVIII – amparado por uma ampla legislação que visou conciliar os interesses de religiosos, colonos e autoridades em torno da mão de obra indígena (PERRONE-MOISÉS, 1998) – como fator decisivo para o início de um processo de etnogênese. Neste sentido, o autor aponta o Regimento das Missões de 1686 e o Diretório dos Índios de 1757 como textos que, ao regulamentarem o trato das almas e dos braços indígenas, deram ao conjunto da sociedade regional seus contornos específicos.

O historiador amazonense Almir Diniz de Carvalho Júnior (2005; 2015) analisou a agência histórica dos “índios cristãos” como mediadores entre as diversas categorias dos colonizadores e as populações indígenas. Com foco na vigência do Diretório dos Índios (1757-1798), os estudos do autor frisam o papel de grupos específicos de índios que se constituíram conforme as necessidades do projeto colonial, sobretudo pilotos e remeiros, mas também artesãos, catequistas ou diretores indígenas. Longe de serem meros personagens passivos, os “índios cristãos” tornaram-se, segundo Carvalho Júnior, co-modeladores da ordem tanto sociopolítica como simbólica instaurada na região amazônica pelos colonizadores portugueses.

Além destas reflexões, uma série de pesquisas pontuais sobre decisões e ações que mobilizaram segmentos consideráveis das populações ribeirinhas, como a implemen rabalhadore rurais, reforçam o caráter multifacetado da tendência interpretativa mais recente. Neste sentido, destacam-se as obras de

Yolanda e Robert Murphy (1974), Lígia Terezinha Lopes Simonian (2001) ou Andrea Dalledone Siqueira (2006) referente ao papel das mulheres.

Igualmente, um número crescente de pesquisas tem como objeto aspectos do universo sociossimbólico ribeirinho, tidos, durante muito tempo, como meras expressões supersticiosas, como o encanto do boto (SLATER, 1997). Neste sentido, também a revalorização de costumes lúdicos, como as folias ou festas de mastro (COSTA, 2011), e a consolidação de diversos festivais folclóricos corroboram a crescente visibilidade dos ribeirinhos durante as últimas décadas. O Boi-bumbá de Parintins (Amazonas), o Sairé em Alter-do-Chão, perto de Santarém (Pará), ou o Festival das Tribos de Juruti (Pará) têm como base lendas populares que integram o imaginário tradicional das populações ribeirinhas. Além disso, o sucesso de bandas musicais, como “Raízes Caboclas”, fundada nos anos 1980 em Manaus, ou de escritores, como Dalcídio Jurandir ou Zeneida Lima – ambos radicados na ilha do Marajó –, confirmam o quanto referências a elementos culturais tradicionais, muitas vezes expressamente identificados como “caboclos”, repercutem na produção artística regional.

Em resumo, as reflexões e produções mais recentes acerca das populações ribeirinhas da Amazônia tendem a afirmar sua condição étnica específica enquanto povos indígenas ou de origem indígena, questionando seu enquadramento convencional em uma macrocategoria etnocultural “mestiça”. Nesta perspectiva, sobretudo, as características tradicionais, consideradas como tipicamente “caboclas”, i. e., uma economia de subsistência, a vivência em comunidades isoladas de parentesco e a prática de um catolicismo popular permeado de ritos pajéísticos (HARRIS, 2006, p. 88-96), estão sendo reinterpretados ante uma nova percepção da diversidade de realidades e sociabilidades nas quais os ribeirinhos estão inseridos desde o século XVII. Segundo Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves (2006, p. 23-24), os camponeses amazônicos, mesmo cientes de seu status subalterno e intermediário no passado, como também da apresentação estereotipada de seu

modo de vida tradicional, dispõem de uma “grande capacidade ... quanto à habilidade de negociar com sucesso as condições do presente”, sabendo, por conseguinte, lidar com as demandas e os desafios postos pela modernidade que os circunda.

Assim, em contraposição a uma (auto)identificação negativa ou “de oposição”, que, durante muito tempo, foi reforçada por um profundo sentimento de isolamento espacial, segregação social e estagnação cultural, cientistas, artistas e ativistas estão pondo em relevo a agência histórica dos ribeirinhos frente às diversas formas de pressão assimiladora. Dessa forma, aponta-se a continuidade criativa da herança indígena e, também, a implicação de seus agentes em sociabilidades complexas que se estendem para além do ambiente imediato de suas comunidades rurais de origem.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Cristina *et alii*. As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. In: ADAMS, Cristina *et alii* (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006, p. 15-32.
- ALMEIDA VAZ, Florêncio. Ribeirinhos da Amazônia: identidade e magia na floresta. *Cultura Vozes*, Petrópolis, vol. 90, n.º 2, p. 47-65, mar./abr. 1996.
- ALMEIDA, Mara Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- Alvará Régio, de 4 de abril de 1755. In: VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil*. V. 2. Rio de Janeiro/Madrid: E. e H. Laemmert/Imprensa J. del Rio, 1857, p. 242-245.
- ARENZ, Karl Heinz. *Filhos e filhas do beiradão: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia*. Santarém: Tição/Faculdades Integradas do Tapajós, 2000.
- ARENZ, Karl Heinz. Pajés ouvindo confissão e celebrando missa: convergências simbólico-sociais nos aldeamentos jesuítos da Amazônia portuguesa (séculos XVII e XVIII). *Portuguese Studies Review*, Toronto, vol. 22, n.º 1, p. 227-249. jan./jun. 2014.
- BALÉE, William. *Advances in Historical Ecology*. New York: Columbia University Press, 1998.
- BALÉE, William. Historical Ecology of Amazonia. In: SPONSEL, Leslie E. (ed.). *Indigenous Peoples and the Future of Amazonia: an Ecological Anthropology of an Endangered World*. Tuscon/London: University of Arizona Press, 1995, p. 97-110.
- BALÉE, William. Transformação da paisagem e mudança da língua: um estudo de caso em ecologia histórica amazônica. In: ADAMS, Cristina *et alii* (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006, p. 45-66.
- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina *et alii* (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006, p. 109-143.
- BENCHIMOL, Samuel Isaac. *Amazônia: formação social e cultural*. 3ª ed. Manaus: Valer, 2009 [1ª ed., 1999].
- BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra matura: historiografia & história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- BUNKER, Stephen. *Underdeveloping the Amazon*. Urbana: University of Illinois Press, 1985.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos no cotidiano das colônias do Norte (séculos XVII e XVIII). *Revista de História (USP)*, São Paulo, vol. 168, n.º 1, p. 69-99, jan./jun. 2013.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*, Tese (doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- CASTRO, Fábio de. Fishing Accords: the Political Ecology of Fishing Intensification in the Amazon. Tese (PhD em Ciências do Meio Ambiente) – School of Public and Environmental Affairs, Indiana University, Bloomington, 1999.
- CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues *et alii*. Pueblos ribereños de la Amazonia: haberes e habilidades. *Revista Interações*, Campo Grande, vol. 9, n.º 2, p. 129-139, jul./dez. 2008.
- CHIBNIK, Michael. *Risky Rivers: the Economics and Politics of Floodplain Farming in Amazonia*. Tuscon/London: University of Arizona Press, 1994.
- CLEARY, David. After the Frontier: Problems with Political Economy in the Modern Brazilian Amazon. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, vol. 25, n.º 2, p. 331-349, mai. 1993.
- COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. Tese (doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COSTA, Antônio Maurício Dias da. Festa de santo na cidade: notas sobre uma pesquisa etnográfica na periferia de Belém, Pará, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, Belém, vol. 1, n.º 1, p. 197-216, jan./abr. 2011.

- Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão, 3 de maio de 1757 In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1997 (no Apêndice após p. 370).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.
- FIGUEIREDO, Aldrin de Moura. *A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia, 1870-1950*. Belém: EDUFPA, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Nôvo mundo nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963. (Col. Brasileira, vol. 348).
- FURTADO, Lourdes. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- FUTEMMA, Célia. Uso e acesso aos recursos florestais: os caboclos do Baixo Amazonas e seus atributos sócio-culturais. In: ADAMS, Cristina et alii (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006, p. 237-260.
- GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. (Col. Brasileira, vol. 284).
- GALVÃO, Eduardo. Vida religiosa do caboclo da Amazônia. *Boletim do Museu Nacional – Nova Série, Antropologia*, Rio de Janeiro, n.º 15, p. 1-18, abr. 1953.
- HARRIS, Mark. *Life on the Amazon: the Anthropology of a Brazilian Peasant Village*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- HARRIS, Mark. *People of the Amazon Floodplain: Kinship, Work and Exchange in a Caboclo Community near Óbidos, Pará, Brazil*. Tese (PhD em Antropologia) – Department of Anthropology, University of London, Londres, 1996.
- HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina et alii (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006, p. 81-108.
- HARRIS, Mark. What it means to be Caboclo: some critical notes on the construction of Amazonian Caboclo society as an anthropological object. *Critique of Anthropology*, Nova York, vol. 18, n.º 1, p. 83-95, mar. 1998.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- KOHLER, Florent. Du caboclo à l'indigène : réflexions sur l'éthnogenèse au Brésil. *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, vol. 95, n.º 1, p. 41-72, 2009.
- LIMA, Déborah de Magalhães. A construção histórica do termo Caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, vol. 2, n.º 2, p. 5-32, dez. 1999.
- LIMA, Deborah de Magalhães. *The Social Category Caboclo: History, Social Organization, Identity and Outsider's Social Classification of the Rural Population of the Amazonian Region (the Middle Solimões)*. Tese (PhD em Antropologia Social) – Department of Social Anthropology, King's College, Cambridge, 1992.
- LIMA, José Francisco de Araújo. *Amazônia: a terra e o homem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. (Col. Brasileira, vol. 104).
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico – um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia*. Belém: Cejup, 1995.
- MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.
- MORAN, Emilio. *Developing the Amazon*. Bloomington: Indiana University Press, 1981.
- MORAN, Emilio. The Adaptive System of the Amazonia Caboclo. In: WAGLEY, Charles (ed.). *Man in the Amazon*. Gainesville: University of Florida Press, 1974, p.136-159.
- MORERIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. A questão étnica: índios, brancos, negros e caboclos. In: *Estudos e Problemas Amazônicos*. História social e econômica e temas especiais. Belém: Instituto do Desenvolvimento Sócio-Econômico do Pará/Secretaria de Estado da Educação, 1989.
- MURPHY, Robert F; MURPHY, Yolanda. *Women of the Forest*. New York: Columbia University Press, 1974.
- MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. *The Dilemma of the “chibé”-eater: Food Choices, Ecology and Everyday Life among Peasant Communities in the Lower Amazon*. Tese (PhD em Antropologia) – Department of Anthropology, University of Colorado, Boulder, 2000.
- NUGENT, Stephen Lewis. *Amazonian Caboclo Society: an Essay on Invisibility and Peasant Economy*. Oxford/Providence: Berg, 1993. (Col. Explorations in Anthropology).
- NUGENT, Stephen. The Coordinates of Identity in Amazonia: at Play in the Fields of Culture. *Critique of Anthropology*, Nova York, vol. 17, n.º 1, p. 33-51, mar. 1997.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indí-*

- gena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. (Col. Territórios Sociais, vol. 2).
- OLIVEIRA, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, vol. 11, p. 101-140, mai. 1979.
- PACE, Pace. *Amazon Town: Gurupa revisited*. London/Boulder: Lynne Rienner, 1998.
- PADOCH, Christine. People of the Floodplain and Forest. In: DENSLow, Julie Sloan; PADOCH, Christine (orgs.). *People of the Tropical Rain Forest*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1988, p. 127-141.
- PARKER, Eugene Philip. *The Amazon Caboclo: Historical and Contemporary Perspectives*. Williamsburg: College of William and Mary, 1985. (Col. Studies in Third World Societies, vol. 32).
- PARKER, Eugene. Cabocloization: Transformation of the Amerindian in Amazonia, 1615-1800. In: PARKER, Eugene (ed.). *The Amazon Caboclo: Historical and Contemporary Perspectives*. Williamsburg: College of William and Mary, 1985, p. 27-51. (Col. Studies in Third World Societies, vol. 32).
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura, 1998 p. 115-132.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras/FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 115-132.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2003.
- PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. São Paulo/Petrópolis: EDUSP/Vozes, 1996.
- RAFFLES, Hugh. In *Amazonia: a Natural History*. Princeton: Princeton University Press: 2001.
- Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará, 21 de dezembro de 1686. Comentário: Yllan de Mattos. *Revista 7 Mares (UFF)*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 1, p. 112-122, 2012.
- RIBEIRO, Darcy. O Brasil Caboclo. In: RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 307-338.
- ROOSEVELT, Anna. *Amazonian Indians from Prehistory to Present: Anthropological Perspectives*. Tuscon/London: University of Arizona Press, 1994.
- ROSS, Eric. The Evolution of the Amazon Peasantry. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, vol. 10, n.º 2, p. 193-218, nov. 1978.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Belém: Fundação Getúlio Vargas/UFPA, 1971.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos – etnia, legislação e desigualdades na Colônia. Sertão do Grão-Pará, c.1755 – c. 1823*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo; SANTOS, Francisco Jorge dos. 1755, o ano da virada na Amazônia portuguesa. *Somanlu*, Manaus, vol. 8, n.º 2, p. 79-98, jul./dez. 2008.
- SCHMINK, Marianne. São Félix do Xingu: a Caboclo Community in Transition. In: PARKER, Eugene (ed.). *The Amazon Caboclo: Historical and Contemporary Perspectives*. Williamsburg: College of William and Mary, 1985, p. 143-166. (Col. Studies in Third World Societies, vol. 32).
- SIMONIAN, Lúcia Terezinha Lopes. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- SIQUEIRA, Andrea Dalledone. Mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico. In: ADAMS, Cristina *et alii* (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006, p. 261-276.
- SLATER, Candace. *Dance of the Dolphin: Transformation and disenchantment in the Amazon Imagination*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1997.
- SOUZA JÚNIOR, José Alves de. O projeto pombalino para a Amazônia e a “Doutrina do índio-cidadão”. *Cadernos do CFCH – Revista do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA*, Belém, vol. 12, n.º 1/2, p. 85-98, jan./dez. 1993.
- STÖCKLEIN, Joseph *et alii* (ed.). *Der Neue Welt-Bott, mit allerhand Nachrichten deren Missionarien Societatis Iesu*. V. 5, n.º 791. Augsburg/Graz: Verlag Philips, Martins, und Johans Veith seel. Erben, 1761, p. 30-36.
- VERÍSSIMO, José. As populações indígenas e mestiças da Amazonia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Rio de Janeiro, t. L (1ª parte), p. 295-390, 1887.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (Col. Brasileira, vol. 290).
- WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. São Paulo: HUIITEC/EDUSP, 1993.
- WEINSTEIN, Barbara. Persistence of Caboclo Culture in the Amazon: the Impact of the Rubber Trade, 1850-1920. In: PARKER, Eugene (ed.). *The Amazon Caboclo: Historical and*

Contemporary Perspectives. Williamsburg: College of William and Mary, 1985, p. 89-113. (Col. Studies in Third World Societies, vol. 32).

NOTA

* Verbetes elaborado no quadro de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq.

O AUTOR

Karl Heinz Arenz Possui graduação em Teologia pela Philosophisch-Theologische Hochschule Sankt Augustin, Alemanha (1990); mestrado em Teologia com concentração em Missiologia pela Philosophisch-Theologische Hochschule Sankt Augustin, Alemanha (1993); doutorado em Teologia Dogmática com concentração em Missiologia pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo-SP (1999); mestrado em Historia Moderna e Contemporânea com concentração em História do Brasil e do Atlântico Sul pela Université Paris IV (Paris-Sorbonne), França (2004); doutorado em História Moderna e Contemporânea com concentração em História do Brasil e do Atlântico Sul pela Université Paris IV (Paris-Sorbonne), França (2007), revalidado como doutorado em História Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2008). Atualmente é professor efetivo, em regime de dedicação exclusiva, na Universidade Federal do Pará - UFPA, em Belém - PA, lotado na Faculdade de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e credenciado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Tem experiência na área de História, com enfoque em História Colonial e povos tradicionais da Amazônia. E-mail: karlarenz@ufpa.br